

Escrevivência e História Oral: uma Encruzilhada Afrodiaspórica para Decolonizar a Produção de Conhecimento na Comunicação¹

Simone Lima Azevedo²

Universidade de São Paulo

Resumo

Este artigo propõe reflexões metodológicas e epistemológicas sobre a necessidade de que os estudos acadêmicos produzidos no âmbito das ciências da Comunicação contemplem a afroperspectiva de mulheres negras da diáspora como elemento catalisador de um processo ampliado de decolonialidade e de combate ao epistemicídio resultante do racismo e do colonialismo. A pesquisa doutoral que dá origem a este artigo tem como objetivo identificar na trajetória acadêmica de mulheres estudantes negras cotistas de cursos de graduação e de pós-graduação *stricto sensu* da Universidade de São Paulo (USP) os sentidos do racismo institucional e da violência de gênero e os desafios da permanência na universidade. Propondo-se decolonial e afrodiaspórica, a pesquisa tem como metodologia a união da escrevivência com a história oral.

Palavras-chave

Escrevivência; História Oral; Decolonialidade; Epistemicídio.

Introdução

A escrevivência – linguagem e método de produção de conhecimento de origem feminina, negra e afrodiaspórica (EVARISTO, 2020; 2017; 2008) – e a história oral – método que compreende o uso e o tratamento de relatos e fontes orais como documentos construídos a partir de uma relação dialógica e dialética de conexão com a memória e a oralidade (ALBERTI, 2004; BOSI, 2003; PORTELLI, 2010; 2016) –, estejam ambas conectadas ou não, são ferramentas centrais no processo de construção de conhecimento científico tendo o pensamento afrodiaspórico e a perspectiva decolonial como elementos norteadores de uma mudança epistêmica com vistas à pluralidade na academia.

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação Antirracista e Pensamento Afrodiaspórico, evento do 46º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, realizado de 4 a 8 de setembro de 2023.

² Doutoranda no curso de Mudança Social e Participação Política da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo – EACH-USP. E-mail: simone.azevedo@usp.br

Criado pela linguista e escritora Conceição Evaristo para desconstruir estereótipos racistas de personagens negros representados na literatura, hoje o conceito de escrevivência se expandiu e tem se tornado método de produção de conhecimento em várias áreas das ciências sociais e humanas. Tanto como caminho literário quanto como método científico amplo, a escrevivência traz para a centralidade da produção de conhecimento a perspectiva da mulher negra da diáspora.

Isso significa que o olhar sobre o qual é conduzida a elaboração de uma determinada pesquisa, texto, estudo ou narrativa carrega a subjetividade da mulher negra que a produz como parte legítima do discurso acadêmico, em oposição ao fetiche positivista da neutralidade e da universalidade de um pesquisador/observador distanciado que não se afeta pelo seu objeto de estudo.

Todavia, a subjetividade que a escrevivência sustenta não se trata do individualismo, pois é atravessada por singularidades sociais, políticas, culturais, econômicas e epistêmicas que as mulheres negras da diáspora compartilham de forma particular entre si e que, portanto, é comum a todas elas, sem desconsiderar a alteridade e a multiplicidade de vivências plurais, uma vez que não se trata de universalizar um modelo de um mulher negra. Nas palavras da criadora do conceito,

Escrever pressupõe um dinamismo próprio do sujeito da escrita, proporcionando-lhe a sua auto-inscrição no interior do mundo. E, em se tratando de um ato empreendido por mulheres negras, que historicamente transitam por espaços culturais diferenciados dos lugares ocupados pela cultura das elites, escrever adquire um sentido de insubordinação. Insubordinação que pode se evidenciar, muitas vezes, desde uma escrita que fere “as normas cultas” da língua, caso exemplar o de Carolina Maria de Jesus, como também pela escolha da matéria narrada. A nossa escrevivência não pode ser lida como histórias para “ninar os da casa grande” e sim para incomodá-los em seus sonos injustos (EVARISTO, 2005, p. 02).

Atravessada por uma coletividade que, por sua vez, é atravessada pela ancestralidade e pela interseccionalidade, a subjetividade de que trata a escrevivência fala de insubmissão, de afroperspectiva, de encruzilhada (RUFINO, 2018) como lugar de encontros e trocas de saberes e vivências, de virada epistêmica na ciência, de uma hermenêutica decolonial, de protagonismo de sujeitas não hegemônicas no discurso acadêmico, de resistência e de transformação social. E leva isso tudo para a produção de conhecimento e para a forma como ele é legitimado e compartilhado.

Compartilhando essa perspectiva de resistência e insubmissão, uma das principais razões da importância da escrivência como método decolonial de investigação científica e de produção de conhecimento acadêmico no escopo da pesquisa doutoral que dá origem a este artigo refere-se ao potencial que a escrivência tem para fazer emergir memórias relegadas ao silenciamento, subalternizadas pela dominância cultural e política de sujeitos hegemônicos contra sujeitos marginalizados, o que Michel Pollak (1989), nos estudos no campo da história oral, chama de “memórias subterrâneas”.

A história oral e a entrevista produzida através dela, ao adquirir estatuto de documento produzido pela relação dialógica entre fontes orais e pesquisadora (ALBERTI, 2005), nos ajuda a estabelecer relações entre vivências particulares de sujeitos não hegemônicos com a conjuntura social mais ampla.

Longe de ser um depósito de informações, mas sim um processo vivo e contínuo de elaboração e reconstrução de sentidos (PORTELLI, 2016), a história oral possibilita, a partir da memória, um encontro singular entre pesquisadora e fontes orais, tomado na relação entre o tempo dos acontecimentos narrados na entrevista e o tempo em que o diálogo acontece na encruzilhada do encontro.

Intermediária informal da cultura, a riqueza da memória, para Bosi (2003), reside no que a autora chama de “história das sensibilidades”, constituída pela complexidade dos acontecimentos da vida cotidiana, a qual não pode ser contemplada na unilateralidade de documentos oficiais, embora não haja na história oral uma tentativa de substituir uma teoria da História. Por mais ricos que sejam os depoimentos das fontes orais, eles não podem tomar o lugar de uma teoria totalizante que elucide estruturas e transformações políticas e socioeconômicas.

Nesta perspectiva, a potência da história oral está em poder compreender tradições culturais, trajetórias de vida, diferentes formas de articulação entre sujeitos políticos, ações e estratégias individuais e coletivas sobre determinadas situações, bem como formas diversas de socialização que não são possíveis de serem compreendidas através de outro documento (BOSI, 2003).

Além disso, a história oral é uma grande aliada na compreensão das vivências e experiências subjetivas e das memórias de sujeitos não hegemônicos aos quais foi negada a legitimidade de um espaço público para a articulação e legitimação de suas vozes.

Audre Lorde (2020) disse em um de seus mais importantes textos que não é possível derrubar a casa-grande com as mesmas ferramentas que a ergueu. Na produção

de conhecimento, como é possível decolonizar ideias, modelos, práticas e métodos com as mesmas ferramentas que tornaram tudo isso tão desigual? E é diante da necessidade de novas ferramentas, novas linguagens e novas epistemologias decoloniais e afrodiaspóricas de pensar e ver o mundo que a escriturabilidade e a história oral se colocam como caminhos necessários para os estudos no âmbito das ciências da Comunicação.

Ausências que inundam e silêncios berrantes

Essa reflexão surge a partir de duas observações feitas pela autora. A primeira se refere à criação recente do Grupo de Pesquisa sobre Comunicação Antirracista e Pensamento Afrodiaspórico no âmbito da Intercom, no qual este artigo se insere.

Até o ano de 2021, esse grupo não existia, e as pesquisas com temática racial – nem sempre com a perspectiva antirracista ou afrodiaspórica, a propósito, uma vez que nem toda pesquisa que tem a questão racial como tema é, de fato, antirracista – no âmbito das ciências da Comunicação ficavam pulverizadas em outros grupos, sem a evidência e a centralidade necessárias para um posicionamento protagonista nas discussões realizadas pela Intercom. A criação do grupo rompe com um histórico de mais de duas décadas de ausências e silenciamentos e marca uma importante posição de ruptura epistêmica com vistas à construção de uma ciência de fato plural e decolonial.

A segunda observação relaciona-se com parte dos resultados iniciais da pesquisa doutoral que dá origem a este artigo, a qual tem como objetivo identificar na trajetória acadêmica de mulheres estudantes negras cotistas de cursos de graduação e de pós-graduação *stricto sensu* da Universidade de São Paulo os sentidos do racismo institucional e da violência de gênero e os desafios da permanência na universidade, considerando que o ingresso de estudantes negros e negras por meio de políticas de ações afirmativas é elemento impulsionador de mudança social.

Enfrentar o epistemicídio na Universidade de São Paulo tem sido uma das principais questões violentas que atravessam as trajetórias acadêmicas de mulheres negras em diversos cursos e áreas da universidade. O pequeno número de professoras negras na Universidade de São Paulo e o apagamento de referências de intelectuais e teóricos negros e negras nos conteúdos e processos pedagógicos são violências relatadas por todas as treze fontes orais entrevistadas para a pesquisa em questão.

Treze estudantes com idades entre 19 e 52 anos se dispuseram de forma voluntária a narrar suas vidas, memórias e vivências com a educação, a universidade, o racismo e as questões de gênero em um diálogo pessoal e particular com a pesquisadora ao longo de treze entrevistas temáticas de história oral, realizadas entre o meses de abril e junho de 2023. São alunas cotistas dos cursos de graduação em Pedagogia, Obstetrícia, Gestão de Políticas Públicas, Medicina, Fonoaudiologia, Saúde Pública, Direito, Engenharia Química e Medicina Veterinária, e dos cursos de pós-graduação, tanto no nível de mestrado quanto de doutorado, em Mudança Social e Participação Política, Humanidades, Direitos e outras Legitimidades e História Social.

Em cursos tão diversos em áreas distintas do conhecimento e em diferentes campus da Universidade de São Paulo, portanto, em localizações geograficamente também diversas, as treze fontes orais narraram experiências individuais e coletivas com o racismo e a violência de gênero, a partir de vivências completamente subjetivas e, mesmo sem conhecer os relatos umas das outras, a dor e a dificuldade de ocupar e permanecer em um espaço que naturaliza e institucionaliza o apagamento de referências negras foi um ponto de intersecção unânime entre todas as narrativas.

Mesmo sem elaborar conceitualmente as situações vivenciadas e tendo o sentimento de não pertencimento ou de estar fora de lugar como ponto de partida dos relatos, todas as fontes orais apontaram o epistemicídio como violência racista que as atravessam na universidade.

Sueli Carneiro (2005) apresenta uma explicação de epistemicídio simples e visceral, com a qual a perspectiva desta pesquisa se conecta. A intelectual fala que vemos a institucionalização do epistemicídio na ciência e na academia quando ativistas e intelectuais negros são menosprezados em sua autoridade de fala e seus saberes e conhecimentos, enquanto os brancos são legitimados como autoridades sobre qualquer temática, até mesmo sobre o saber sobre o negro.

Para além da anulação e desqualificação do conhecimento do Outro subjugado, o epistemicídio é um processo persistente de produção da indignância cultural, pela negação ao acesso à educação, sobretudo de qualidade; pela produção da inferiorização intelectual; pelos diferentes mecanismos de deslegitimação do negro como portador e produtor de conhecimento e de rebaixamento da capacidade cognitiva pela carência material e/ou pelo comprometimento da autoestima pelos processos de discriminação correntes no processo

educativo. Para desqualificar as formas de conhecimento dos povos dominados também é preciso desqualificar esses povos tanto no âmbito individual como coletivo como sujeitos cognoscentes, animalizando-os (CARNEIRO, 2005).

Em sua tese de doutorado intitulada “*A construção do outro como não-ser como fundamento do ser*”, Sueli Carneiro (2005) destrinchou a ideia de biopoder e biopolítica de Foucault para mostrar como o poder se conecta com o racismo para reproduzir relações de poder racialmente desiguais. A intelectual foi além do que Foucault problematizou, pensando contextos racializados de poder, mas quem permanece sendo o cânone das discussões de poder na academia é o intelectual branco europeu.

Para entender a origem da estrutura racista na qual se fundou a produção de conhecimento nas universidades, é indispensável a contribuição de Grosfoguel (2016), intelectual que faz uma importante discussão sobre a interconexão existente entre quatro genocídios e epistemicídios que criaram os alicerces de sustentação do privilégio epistêmico do homem branco europeu de definir o que é verdade, o que é ciência e o que é melhor para o resto do mundo.

Uma vez que a outra face do privilégio epistêmico é a inferioridade epistêmica, o autor parte do questionamento sobre o por que todas as teorias que hoje conhecemos sobre história, sociologia, economia e filosofia se baseiam na visão de mundo de homens de apenas cinco países da Europa e como esses homens conseguiram monopolizar a autoridade do conhecimento no mundo, diante de tanta diversidade epistêmica em pleno século XXI, para resgatar os processos históricos que produziram as estruturas do conhecimento fundadas no racismo e no sexismo.

Nesse resgate, Grosfoguel (2016) destaca que quando a filosofia cartesiana assumiu a epistemologia de um ponto de vista que não se assume como tal e criou, dessa forma, a ideia de objetividade, imparcialidade, neutralidade e distanciamento entre sujeito e objeto como a alma da ciência moderna, a ideia do “penso, logo existo” somente se torna possível como modelo e parâmetro universal do saber porque essa existência pensante se fundamenta através da conquista.

Mas a conquista colonial não se dá sem extermínio. Logo, conforme destaca o autor, ambos são mediados pelo que ele chama de “extermínio, logo existo”, isto é, a existência pensante que se fundamenta através da conquista se legitima através do extermínio produzido pelo racismo e sexismo epistêmico, produto dos quatro genocídios

e epistemicídios cometidos contra os muçulmanos e judeus na conquista de Al-Andalus em nome da “pureza do sangue” no século XV; contra os povos indígenas da América e os aborígenes na Ásia; contra africanos aprisionados em seu próprio território e escravizados no continente americano por séculos; e contra as mulheres que praticavam e transmitiam o conhecimento indo-europeu na Europa, queimadas vivas nas fogueiras sob a acusação de bruxaria (GROSFOGUEL, 2016).

Discurso da pureza do sangue para praticar intolerância religiosa e destruir memórias, culturas e conhecimentos; queima de bibliotecas; evangelização compulsória; aniquilação da espiritualidade e da linguagem; hierarquização racial; domínio sobre territórios; debate sobre povos sem alma; animalização de seres humanos; sequestro; escravização; tortura e aniquilação. Todos esses processos históricos interconectados por Grosfoguel (2016) em sua análise sobre cada um dos genocídios e epistemicídios cometidos pelo colonizador europeu estruturaram o poder racial e patriarcal, a autoridade para a produção do conhecimento e as estruturas epistêmicas racistas e sexistas das universidades que tentamos decolonizar hoje, onde ainda se considera normal que a visão de mundo de homens de apenas cinco países norteiem todas as disciplinas e métodos.

A ideia do “penso, logo existo” carimbou indígenas, negros, africanos e mulheres como sujeitos inferiorizados pelo privilégio epistêmico branco para existir, pensar, dominar e exterminar. Por isso, quando Audre Lorde (2020) enfatiza que as ferramentas do colonizador não irão dismantelar a casa-grande, é porque elas não são capazes de realizar uma revolução genuína.

Assim, diante das ausências que inundam e dos silenciamentos berrantes que o epistemício produz, no entrelaçamento entre escrevivência e história oral que propomos como campo diverso e potente de possibilidades metodológicas e epistemológicas plurais para uma produção de conhecimento decolonial e antirracista, existem dois métodos diferentes, sobretudo em sua origem e propósitos.

Mas, observando mais a fundo, percebemos que algumas características de ambos se conectam e se complementam de forma enriquecedora, no sentido de construir uma união decolonial para o uso e o tratamento de fontes e relatos orais, no que tange o corpo negro feminino, sua voz, suas vivências, suas ancestralidades e suas singularidades como parte constitutiva do saber acadêmico. Há várias complementariedades entre ambos os métodos, mas neste artigo destacamos duas como mais significativas para pensar as ciências da Comunicação.

Complementariedades potentes e diálogos possíveis

Construindo complementariedades potentes e diálogos possíveis entre a escriturabilidade e a história oral para pensar os estudos antirracistas no âmbito das ciências da Comunicação, a primeira articulação que propomos refere-se à conexão de ambos os métodos com a categoria da vivência.

A escriturabilidade, por criar uma nova linguagem capaz de expressar a singularidade da realidade que atravessa as mulheres negras da diáspora (BORGES, 2020). E a história oral, por permitir que as experiências do outro sejam revivenciadas por quem as compreende e as interpreta, abrindo espaço para novas possibilidades de produzir conhecimento a partir do que os relatos orais documentam (ALBERTI, 2004).

Não são poucas as pesquisas que investigam manifestações de abuso de poder discursivo racista em veículos de comunicação diversos. E são igualmente numerosas, inclusive no âmbito da Intercom, as pesquisas que problematizam o caráter democrático das políticas de comunicação pensando possíveis processos de reversão dos desequilíbrios e desigualdades comunicacionais. Além disso, também são significativas as pesquisas sobre representação de corpos negros na mídia e valorização estética e simbólica, bem como sobre presença negra e racismo no jornalismo, na publicidade e propaganda, nas redes sociais, nas telenovelas, nos filmes, etc.

A ampliação da presença de estudantes negros e negras nas universidades públicas na última década, impulsionada pela Lei 12.711/2012, a Lei de Cotas, tem fomentado não apenas um aumento no número de estudos envolvendo a temática racial, mas também mudanças importantes no direcionamento epistêmico desses estudos, os quais têm como diferencial a posicionalidade racial desses pesquisadores que produzem conhecimento pela ótica de sujeitos não hegemônicos, a partir de vivências e perspectivas às quais o epistemicídio atua para silenciar e subalternizar.

Em um levantamento bibliográfico realizado em março deste ano na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, identificamos 112 trabalhos acadêmicos compostos pelo operador teórico de busca “escriturabilidade” em seus títulos, assuntos ou resumos, sendo 77 dissertações de mestrado e 35 teses de doutorado, em 37 faculdades ou universidades do país, defendidas entre 2011 e 2022. Na Universidade de São Paulo,

lócus da pesquisa que dá origem a este artigo, foram encontradas três dissertações e uma tese, nas áreas da Educação, Letras e Geografia.

Guardadas as particularidades dos objetos e objetivos de cada um dos quatro trabalhos encontrados, todos têm em comum a compreensão da escrevivência como ferramenta decolonial e método de investigação científica e produção de conhecimento necessária para transformar paradigmas do fazer científico e combater o epistemicídio. Em todos estes trabalhos científicos que lançam mão da escrevivência para produzir conhecimento a partir da centralidade afrodiaspórica, a perspectiva decolonial, ao questionar o modelo eurocêntrico de ciência, tem se colocado como ferramenta epistêmica capaz de denunciar a sofisticação discriminatória dos paradigmas hegemônicos, os quais reproduzem epistemicídio, inferiorização e silenciamento.

Abraçando essa perspectiva, a segunda complementariedade entre escrevivência e história oral que propomos é a conexão de ambos os métodos com a memória e com a encruzilhada. O discurso na história oral, assim como na escrevivência, é um discurso de múltiplos autores, múltiplas vozes, de coletividade e de compartilhamento.

Ambos os métodos constroem um elo entre passado, presente e futuro (BOSI, 2003). Mas, acima de tudo, memória é discurso, poder e resistência que emana do poder. O direito a ter memórias torna um sujeito de fato sujeito que lê o mundo e é lido por ele como tal. E no passado colonial de escravização, a supressão desse direito foi uma das formas mais violentas de tentar transformar sujeitos em objetos.

Mas, enquanto a máscara física que como instrumento e política de dominação cobriu a boca da escravizada Anastácia³ para silenciá-la foi destruída com a abolição, a máscara simbólica sustentada pelo epistemicídio atravessa os séculos e se mantém reproduzindo violência colonial.

E essa memória de um passado colonial atravessa corpos, vozes e vivências de mulheres negras que têm suas identidades, subjetividades e histórias de vida impactadas no presente e no futuro.

Portanto, pensar políticas de enfrentamento às desigualdades comunicacionais requer englobar a perspectiva afrodiaspórica e decolonial como princípio estruturante.

³ Símbolo da brutalidade da escravização, o retrato de Anastácia foi feito por um desenhista francês que esteve no Brasil entre dezembro de 1817 e janeiro de 1818. Além de impor o silenciamento como política colonial e impedir que os escravizados se alimentassem dos produtos colhidos nas lavouras, a máscara também tinha o objetivo de evitar que os escravizados cometessem suicídio comendo terra. Ao se suicidar, o escravizado reivindicava para si o status de sujeito que decide sobre a própria vida. Essa autonomia sobre a própria vida e morte também era retirada do escravizado para transformá-lo em objeto.

Ampliar o acesso da população negra à internet e demais produtos de comunicação, por exemplo, é urgente e necessário. Mas um processo de comunicação antirracista vai muito além de incluir meros expectadores/consumidores, mas sim protagonistas.

Ressaltando o protagonismo necessário para enfrentar as desigualdades, Melo (2022) apresenta um conjunto de propostas, entre as quais destacamos as seguintes: a garantia de reserva de espectro para emissoras de rádio e televisão geridas por povos indígenas e organizações representativas de pessoas negras; apoio ao desenvolvimento e manutenção de mídias populares e comunitárias, ampliando o potencial de visibilidade dos discursos e narrativas produzidos por territórios indígenas, quilombolas e periféricos; investimento prioritário, via publicidade estatal, em meios de comunicação geridos por povos indígenas e associações de pessoas negras; criação de políticas que favoreçam a autonomia e autodeterminação dos povos indígenas e quilombolas tanto no debate quanto na utilização da internet e das tecnologias digitais, a partir de uma perspectiva de convivência entre estas e as tecnologias ancestrais de manutenção dos modos de vida desses povos; presença equitativa de representações da população negra e de povos indígenas tanto em órgãos externos de fiscalização e regulação do setor (conselhos e agências) quanto em instâncias internas dos meios de comunicação.

Considerações finais

À guisa de conclusão, visto que essa discussão não se quer conclusiva, mas sim provocadora e impulsionadora de novas revoluções epistêmicas e metodológicas na ciência e na academia, destacamos as palavras de Conceição Evaristo sobre a importância de nos apropriarmos da voz, da letra e do signo que nos pertencem.

Escrevivência, em sua concepção inicial, se realiza como um ato de escrita das mulheres negras, como uma ação que pretende borrar, desfazer uma imagem do passado, em que o corpo-voz de mulheres negras escravizadas tinha sua potência de emissão também sob o controle dos escravocratas. E se ontem nem a voz pertencia às mulheres escravizadas, hoje a letra, a escrita, nos pertencem também. Pertencem, pois nos apropriamos desses signos gráficos, do valor da escrita, sem esquecer a pujança da oralidade de nossas e de nossos ancestrais (EVARISTO, 2020, p 30).

Diante das reflexões propostas, o desafio que se coloca para os estudos na área das ciências da Comunicação é o mesmo que se coloca para as demais áreas do conhecimento científico: enegrecer suas práticas, símbolos, métodos e epistemes com a honestidade de assumir que não é possível realizar esse movimento utilizando as mesmas ferramentas que tornaram esse lugar tão desigual.

Referências bibliográficas

ALBERTI, Verena. **Ouvir e contar**: textos em história oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

BORGES, Solange. **Escrevivência em Conceição Evaristo**: armazenamento e circulação dos saberes silenciados. In: DUARTE, C. L.; NUNES, I. E. *Escrevivência: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo*. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020.

BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória**: ensaios de Psicologia Social. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

EVARISTO, Conceição. **A escrevivência e seus subtextos**. In: DUARTE, C. L.; NUNES, I. E. *Escrevivência: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo*. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020.

EVARISTO, Conceição. **Becos da Memória**. 3ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2017.

EVARISTO, Conceição. **Da grafia-desenho de minha mãe, um dos lugares de nascimento de minha escrita**. Revista Z Cultural, 2008. Texto apresentado na Mesa de Escritoras Afro-brasileiras, no XI Seminário Nacional Mulher e Literatura/II Seminário Internacional Mulher e Literatura, Rio de Janeiro, 2005. Publicado no livro *Representações Performáticas Brasileiras: teorias, práticas e suas interfaces*. Marcos Antônio Alexandre (org.). Belo Horizonte: Mazza Edições, 2007. P. 16-21.

EVARISTO, Conceição. **Escrevivências da afro-brasilidade**: História e memória. Revista Releitura. Belo Horizonte, n.23, novembro, 2008, p. 1-17.

GROSGOUEL, Ramon. **A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas**: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. Revista Sociedade e Estado – Volume 31 Número 1 Janeiro/Abril, 2016

LORDE, Audre. **Irmã Outsider**. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

MELO, Paulo Victor Purificação. **A equidade étnico-racial enquanto princípio orientador das Políticas de Comunicação e internet**: uma proposta para o caso brasileiro. Anais do 45º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 5 a 9 de outubro de 2022: Ciências da Comunicação contra a Desinformação. São Paulo: Intercom, 2022.

POLLAK, Michel. **Memória, esquecimento, silêncio**. Estudos históricos, v.2, n.3. Rio de Janeiro, 1989.

PORTELLI, Alessandro. **Ensaio de história oral**. São Paulo: Letra e Voz, 2010.

PORTELLI, Alessandro. **História oral como arte da escuta**. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

RUFINO, Luiz Rufino Rodrigues Junior. **Pedagogia das Encruzilhadas**. *Periferia*, v. 10, n. 1, p. 71-88, 2018.